

A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E PROSTITUIÇÃO

THE RELATIONSHIP BETWEEN GENDER, SEXUALITY AND PROSTITUTION

Maria Ildiana Diniz

Fernanda Marques de Queiroz

Resumo

O presente artigo resultou de uma pesquisa qualitativa realizada com prostitutas da cidade de Mossoró-RN. Apresenta algumas reflexões que perpassam o cotidiano da prostituição feminina, entendida como um fenômeno que legitima o sistema capitalista-patriarcal, envolvendo muitas mulheres em diferentes realidades, culturas, valores, condições socioeconômicas, etc. A prostituição é vista e deslegitimada socialmente por romper com os padrões e modelos de gênero e sexualidade impostos às mulheres. Essa controversa problemática é permeada por idéias que associam a prostituição à promiscuidade, bem como a recusa da aceitação dos papéis pré-determinados à vivência da sexualidade feminina. Aborda ainda, de modo conciso, as principais perspectivas feministas acerca da prostituição, bem como a relação entre prostituição e prazer sob o enfoque das prostitutas.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, prostituição

Abstract

This article is a result of a trial carried out through a qualitative research with prostitutes from Mossoró-RN city. It presents some reflections about the daily life of feminine prostitution, understood as a phenomenon that legitimizes the capitalist-patriarchal system, involving many women in different realities, cultures, values, socioeconomics conditions, etc. Prostitution is seen and is socially illegal by breaching the standards and models of gender and sexuality imposed to women. This controversial issue is permeated by ideas that associate prostitution to promiscuity, so as the refusal of the predetermined roles of feminine sexual existence. It still broaches, concisely, the main feminist perspectives concerning to prostitution and the relation between prostitution and pleasure, by the prostitutes point of view.

Keywords: gender, sexuality, prostitution

Introdução

A percepção da sociedade acerca das prostitutas é construída a partir da condição de transgressoras das regras e normas vigentes na sociedade. A construção de sua identidade e dos mecanismos de discriminação¹ e preconceitos² em relação às práticas prostitucionais decorrem de sucessivos fatos históricos que tiveram as prostitutas como protagonistas, a exemplo das disseminações de doenças como a sífilis, a tuberculose e as venéreas. Neste sentido, a condenação das mulheres que se prostituem e as atribuições que lhes são dispensadas “devassas”, “safadas”, de “vida fácil”, são introjetadas no imaginário social e materializadas sob a forma de preconceito, estigma³ e marginalização reforçada pela desigualdade de gênero presente na nossa sociedade.

A prostituição é uma problemática multifacetada, permeada por controvérsias que historicamente associam tal prática à perversão, à promiscuidade, a “seu corpo é dos errantes”⁴, à recusa em aceitar os papéis pré-determinados à mulher, uma vez que a prática prostitucional contraria um dos mais tradicionais atributos femininos, a vinculação da sexualidade à reprodução. Papéis estes, legitimados nas relações sociais de gênero, que pré-determinam o que é próprio de homem e o que é próprio de mulher numa sociedade patriarcal marcada pela subordinação feminina e opressão masculina.

A degradação da moral atribuída às prostitutas, por suas práticas, vem ressaltar uma espécie de “sexualidade criminosa”, estigma que cotidianamente reforça a marginalização desse segmento, legitimada pela sociedade e materializada no domínio dos homens sobre essas mulheres, expressas na forma de objetificação dos corpos para atender às suas necessidades sexuais.

É importante destacar que entendemos tal prática como resultante das relações hierárquicas de poder, estabelecida na sociedade patriarcal. Assim como, mais uma das

¹Entendida como “o ato de distinguir ou restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social, ou em qualquer outro domínio da vida. É uma ação deliberada para excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. É segregar, pôr à margem, pôr de lado, isolar. Pode ser entendido também como desconsideração e desrespeito” (TELES, MELO, 2002, p.28).

²Os preconceitos têm sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Numa palavra, na naturalização dos processos sociais (MESQUITA, RAMOS, SANTOS, 2001, p. 06).

³De acordo com Erving Goffman, a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. (1988, p.13)

⁴Trecho da música “Geni e o Zepelin”, de autoria Chico Buarque de Holanda (1977-1978).

formas de violência contra a mulher banalizada sob a justificativa de que tal violência é inerente à prática prostitucional.

O artigo que ora apresentamos, é fruto de uma pesquisa realizada com prostitutas que desenvolvem suas atividades nas ruas da cidade de Mossoró-RN⁵, que originou o trabalho de conclusão do curso de graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Foram entrevistadas cinco mulheres de idades compreendidas entre 20 e 60 anos, por meio da técnica da história de vida, em que buscamos analisar as expressões de violência contra a mulher no seu cotidiano profissional, enquanto prostituta. Somado a isso, realizamos observação sistemática acerca da prática prostitucional.

A contribuição da categoria gênero para compreender o fenômeno prostitucional

Os papéis sociais desde que nascemos homens e mulheres são pré-determinados, ou seja, construções sócio-culturais como moldes que estabelecem o que é próprio para homens e mulheres na sociedade. É importante destacar que essas relações diferenciadas têm sua gênese na sociabilidade dos sujeitos e nele se constroem e reproduzem as desigualdades.

Estabelecida socialmente, a construção desses papéis leva a mulher à condição de subordinação e inferioridade, as quais se expressam de várias maneiras, seja pelo trabalho desvalorizado e desqualificado, ou ainda na subordinação ao modelo sexista/androcêntrico, que relega as mulheres à condição de gênero socialmente inferior, e consequentemente, tendo menos acesso aos espaços culturalmente determinados aos homens.

A importância dos avanços nos estudos de gênero foi, sem dúvida, um corte epistemológico fundamental para desmistificar a idéia de que as diferenças biológicas entre os sexos são responsáveis pelas desigualdades entre homens e mulheres. Constatar que essas diferenças são, na verdade, construções sociais legitimadas por uma sociedade patriarcal é uma contribuição fundamental dada pelos estudos de gênero e pelo movimento feminista.

Gênero se constitui com e/ou em corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas é a construção histórica produzida sobre as características biológicas. É a construção social de cada sexo. Louro (1997, p.21) ressalta que “esse conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”.

⁵ Mossoró é o segundo município mais populoso do Rio Grande do Norte, com uma população aproximada de 240 mil habitantes.

Desta forma, a categoria gênero é entendida como uma construção social das relações entre homens e mulheres, numa arena onde interagem e disputam. Tal categoria emergiu no âmbito da academia, fruto da contribuição do movimento feminista, como aponta Louro (1997, p.14):

Será no desdobramento da assim denominada “segunda onda”⁶, aquela que se inicia no final da década de 1960 que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.

O protagonismo do movimento feminista a partir dos anos 60 se deu quando tais militantes trouxeram para a ordem do dia a subordinação e o silenciamento dispensados às mulheres, problematizando a categoria gênero. Além dos mecanismos tradicionais de resistência como protestos e marchas, utilizou-se um movimento teórico e político por intermédio de suas publicações em livros, jornais e revistas, denunciando as condições de vida e trabalho das mulheres, trazendo à tona o que foi ocultado por muito tempo: a condição de negação das mulheres como sujeitos de direito.

É nesse contexto que surgem os estudos sobre a mulher, tematizando apenas questões de sua inserção no mercado de trabalho e condições de vida. Somente a partir da década de 80 é que outras temáticas passam a ser abordadas como: política, saúde, sexualidade, violência, etc. Essas abordagens, no entanto, isolavam a mulher, não a relacionando com o homem. Nesse sentido, surgiu a categoria gênero para interligar os sexos.

Segundo Saffiotti (2004, p.15),

como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual as relações de gênero têm lugar.

⁶ A “primeira onda” do feminismo visava à ampliação do direito ao voto para as mulheres sendo denominada movimento sufragista.

Saffioti (2001) ressalta que o termo gênero foi mencionado primeiramente pelo estudioso Robert Stoller, em 1968. No entanto, foi somente a partir de 1975 com o famoso artigo de Gayler Rubin⁷ que os estudos de gênero foram difundidos.

No Brasil, a primeira autora a sistematizar os estudos feministas de gênero foi Heleith Saffioti no final da década de 60, com a obra intitulada “A mulher na sociedade de classes”, em que a mesma tratou da condição de vida e de trabalho das operárias têxteis da cidade de São Paulo, fundamentada na perspectiva marxista. Mais tarde, já na década de 90, esta autora elabora a teoria do “nó” interligando gênero, classe e raça/etnia entendendo não ser possível compreender uma isolando as demais. Segundo Saffiotti (1996) o nó composto por estas três contradições, apresenta uma característica distinta das determinações que as integram. Não se trata de somar racismo, gênero e classe social, mas de perceber a realidade em sua totalidade resultante desta junção.

É interessante a idéia do “nó” proposta por Saffiotti, visto que no âmbito da sociabilidade do capital, há que se pensar no entrelaçamento das diferentes formas de opressão/subordinação a que estão submetidos estes segmentos. Em nossa pesquisa, constatamos claramente tal imbricamento, visto que as prostitutas, na sua maioria, são de origem pobre, negras e sem qualquer tipo de qualificação profissional.

A historiadora norte-americana Joan Scott, contribuiu decisivamente para a disseminação da categoria gênero no meio acadêmico-universitário brasileiro, por intermédio de seu artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” que data originalmente de 1988 e foi traduzido no Brasil em 1991. Nele, a autora aponta as diferenças percebidas entre os sexos, e como estas são dia-a-dia transformadas em desigualdades, em detrimento do sexo feminino. Para tanto, adota uma perspectiva foucaultiana⁸, onde a categoria gênero é entendida enquanto a primeira forma de manifestação de poder materializada em quatro dimensões inter-relacionadas (simbólica, normativa, organizacional e subjetiva), que para ela são indispensáveis à compreensão da subordinação feminina.

A dimensão simbólica se encontra nas representações sociais contraditórias, como por exemplo, Maria símbolo de virtude e pureza, e Eva simbolizando o pecado e a sedução, ou

⁷ Intitulado The Traficc in Women's: notes on the “Political Economy” of sex. In: REITER, Rayna R. (org) Toward na Antropology of Womem. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1975.

⁸ Michel Foucault (1926- 1984) filósofo que elaborou seu pensamento no século XX na França. Apresentou uma concepção descentralizada de poder, o qual se situa em várias esferas para além do Estado visto pelos marxistas como único e principal centro de poder. Para ele o poder está *capilarmente* presente em todos os *dispositivos* sociais (discursos, sexualidade, família, judiciário, psiquiatria, etc.).

ainda as mulheres para casar (esposas) e mulheres para se manter relações sexuais (prostitutas). A dimensão normativa é expressa nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas.

A dimensão organizacional diz respeito às organizações e instituições sociais que reforçam cotidianamente as desigualdades entre homens e mulheres. Há ainda a dimensão subjetiva que se relaciona à forma como interiorizamos e reproduzimos os estereótipos sociais de gênero.

Essas reflexões são bastante pertinentes para a análise da prostituição inserida nas dimensões dos símbolos culturais materializados nas representações socialmente construídas, de que as prostitutas optam pela “vida fácil”, são pecadoras, profanas, transgressoras da ordem moral, ou seja, por não terem um “comportamento apropriado” e romperem com esses símbolos, se vêem estigmatizadas, carregando o peso social da culpa por sua conduta sexual inadequada ao modelo dominante pautado no sistema machista-patriarcal, em que os julgamentos morais são cotidianamente utilizados para reforçar a discriminação das prostitutas.

Isto pode ser ilustrado quando os homens que se prostituem não carregam consigo esse tipo de estigma. Atualmente, esse segmento ocupa uma significativa fatia do comércio sexual sem, contudo, serem partícipes da pesada carga de preconceitos que são direcionados fundamentalmente às mulheres. Tal fato se dá basicamente pela condição de subalternidade a qual a mulher ocupa na sociedade, revelando, assim, as desigualdades de gênero e o poder patriarcal expressos na prostituição. “um grande problema é que, em outras discussões, a prostituição é encarada invariavelmente como um problema relativo à prostituta, um problema relativo às mulheres” (PATEMAN, 1993, p.283).

A construção da identidade subjetiva das prostitutas está sistematicamente relacionada à idéia de que são péssimas mães, têm seus filhos (as) e os (as) abandona, não têm vínculos com a família, gostam da vida que levam, não conseguiram ser fiéis aos seus maridos, não são confiáveis, etc. No entanto, essas afirmações não se sustentam, pois percebemos em nossa pesquisa que, na verdade, algumas das mulheres estão na prostituição justamente pelo amor aos filhos (as), pais, etc. Os depoimentos comprovaram uma grande preocupação com o futuro dos filhos (as) e a luta diária para que estudem, arrumem bons casamentos, para que não levem a mesma “vida” que elas, emoção ao falar da família e do medo que sentem ao imaginar que poderão ser descobertas em sua atividade profissional.

Os fragmentos de depoimentos que se seguem, vêm corroborar com a perspectiva que apontamos ao analisar a prática prostitucional como uma condição imposta às mulheres mediante o abandono dos companheiros, tendo que cuidar dos (as) filhos (as) e da casa sozinhas. Necessitando, portanto, desenvolver estratégias imediatas a fim de sua subsistência.

Meu marido me deixou com seis filhos, nunca mandou um sonrizal pra eles, eu tive que sobreviver com meus filhos, fui lavar roupa de cabaré, pra dar estudos a eles, hoje tivemos o segundo grau, tudo isso lavando roupa e vendendo minhas carnes, três das meninas já estão casadas na sua casa, com o marido direitinho, mulher casada respeitada (Nazareno)

Muitas estão aqui pra ajudar a família, tem umas cinco casadas, com filhos, tem três, quatro, cinco filhos, não me dão trabalho nenhum, tudo que pegam é pra casa, pra filhos, é assim, é ajudando irmão, mãe, pai direto (Zenilda).

Para muitas dessas mulheres, aspirar uma vida digna é muitas vezes sair da prostituição. Os depoimentos colhidos principalmente junto às prostitutas que estão há mais tempo na “batalha”⁹ são permeados pela ambigüidade de conflitos que perpassam o “certo” e o “errado”, o orgulho e a vergonha.

Sexualidade e prostituição: desafios e subversões

Para o entendimento acerca da sexualidade, partimos do pressuposto de que não podemos compreendê-la dissociada da esfera das relações sociais de gênero, que impõe maneiras diferenciadas do exercício da sexualidade para homens e mulheres.

Destarte, ao abordarmos a sexualidade, é fundamental que não a restrinjamos somente ao ato sexual como muitos (as) acreditam, pois falar desse tema é falar da vida como um todo, indo além do nosso corpo físico, envolvendo nossa história, nossos costumes, relações afetivas e culturais.

Giddens citando Foucault expõe:

A sexualidade não deve ser compreendida apenas com um impulso que as forças sociais têm que conter. Mais que isso ela é “um ponto de transferência especialmente denso para as relações de poder” algo que pode ser subordinado como um foco de controle social pela própria energia que, impregnada de poder, ela gera (1993, p.28).

⁹ Denominação dada pelas prostitutas à prática cotidiana por elas desenvolvida.

É importante destacar que o termo sexualidade passa a fazer parte dos processos sociais modernos no século XIX. Segundo Foucault “está originalmente relacionada a tentativas de manter sob controle a atividade sexual feminina”, ou seja, as mulheres que desejavam ter prazer sexual eram anormais, portanto, necessitariam de intervenções que trouxessem soluções para essas “anormalidades”, e os estudos futuros trataram de buscar respostas para essas preocupações imediatas da sexualidade feminina. (1985, p.33).

Na verdade, a mulher sempre teve seu “papel” pré-determinado para a reprodução, à maternidade e o cuidar dos (as) filhos (as), e percebemos que ainda hoje esses valores são colocados como a realização plena das mulheres, bem como as práticas sexuais consideradas normais são as vinculadas ao modelo reprodutivo.

A mulher conquistou avanços significativos em muitos espaços da vida social, inclusive no espaço público, que historicamente foi reservado aos homens. Mas na esfera privada, em se tratando de viver livremente seus desejos, fantasias e prazeres, o estigma de mulher “fácil” percorre o imaginário dos homens. Tal estigma contribui para impedir qualquer tentativa de rompimento com os padrões que cerceiam o livre exercício da sexualidade feminina.

A Revolução Sexual que surgiu nos anos 60, como um importante fenômeno cultural que marcou o comportamento sexual nas sociedades ocidentais no século XX, contribuiu para uma maior emancipação feminina, notadamente com o surgimento da pílula anticoncepcional, haja vista que nesse período, o sexo para as mulheres era destinado apenas para a reprodução. Neste sentido, o anticoncepcional significou uma mudança tanto nos hábitos sexuais quanto no conceito de sexualidade.

Segundo Therborn (2006, p.310),

mais do que qualquer coisa, a revolução sexual tornou o longo período de sexo pré-marital e a pluralidade de parceiros sexuais durante a vida um fenômeno “normal”, tanto no sentido estatístico quanto no moral.

No entanto, algumas normas e regras, principalmente religiosas e patriarcais, resistiram ao longo dos tempos nas sociedades ocidentais, como a tentativa de libertação da idéia, por muito tempo recorrente, de que os atos praticados fora do casamento ou por prazer, tinham a classificação de pecado, portanto condenáveis, que ainda encontram alento em muitas sociedades.

Há condenação, por algumas religiões, quanto aos métodos contraceptivos, apesar da epidemia de AIDS, o que representa um exemplo claro do conservadorismo por parte desse segmento social, bem como o não reconhecimento da vivência da sexualidade plena sem que esteja associada à procriação. As transgressões desses valores ressoam na vida de muitas mulheres que passam a ser discriminadas.

A sexualidade é um fenômeno social, histórico, cultural e político, e entendê-la na sua totalidade requer uma aproximação aos seus diversos enfoques.

Mediante Farias e Nobre (1998, p.12),

a sexualidade tem sim, diversas manifestações, variam as práticas e seus significados, tanto que o próprio sentido do que é erótico muda conforme a época e as novas possibilidades econômicas, culturais, políticas e tecnológicas.

Existem ainda, outros processos fundamentais que devemos assinalar como imprescindíveis para a conquista da autonomia¹⁰ em relação aos vários aspectos da sexualidade feminina, quais sejam, a inserção das mulheres no trabalho assalariado, na esfera da política, o acesso à educação, bem como a contribuição do movimento feminista e da diversidade sexual.

É possível perceber como a sociedade castra e impõe limites às mulheres na vivência de sua sexualidade. O prazer é destinado aos homens. Os desejos “incomuns” têm que ser suprimidos, sob o risco da mulher ser taxada de prostituta, já que algumas práticas que dão prazer às mulheres, não condizem com a postura reservada às esposas e às mães, enquanto que para os homens, fazer uso da prostituição é bastante incentivado desde a infância, já que as prostitutas seriam, neste enfoque, mulheres desonradoras e iniciadoras da vivência sexual masculina.

As mulheres inseridas nessa lógica dominante incorporaram o discurso ambíguo de que existe, na vivência da sexualidade, a distinção entre as mulheres de família e as outras, que são as prostitutas, subjugando suas vontades ao apelo de que as práticas sexuais normais são aquelas vinculadas à reprodução. Viver a sexualidade fora desse modelo é, para muitas, percorrer uma linha tênue entre a virtude e a vida profana carregada de preconceitos e estigmas. Apontaremos a seguir, na fala de uma das entrevistadas, esta distinção.

A maioria dos homens que vem aqui é casado, mas eles não quer o sexo que tem em casa, só querem o anormal, a entrevistada atribui essa condição ao

¹⁰ Entendida aqui como auto-determinação das mulheres.

sexo oral e anal, eu só faço normal com um senhor que já estou há onze anos, com ele é só papai-mamãe me trata como se fosse a mulher dele. Eles diz que as mulher acha que fazer isso é coisa de puta veia (Xica da Silva).¹¹

O discurso em tela incorpora a idéia vigente do que é próprio de uma mulher casada e de uma prostituta. Dessa forma, esses “papéis sexuais” se contrastam, e as práticas sexuais são um divisor de águas para a possível definição do que é certo ou errado no âmbito da sexualidade.

Giddens (1993, p.10) chama a atenção para a emergência da “sexualidade plástica”, que seria a sexualidade descentralizada e liberta das necessidades de reprodução, fundamental para a emancipação das mulheres e, portanto, para a reivindicação ao prazer sexual.

As prostitutas, por sua vez, admitem conseguir em sua atividade profissional, dissociar amor e sexo, ou seja, o estabelecimento das parcerias afetivas e comerciais é definido por alguns limites de envolvimentos entre clientes e prostitutas. Ultrapassar tais limites determinaria uma espécie de falta de profissionalização e negação dessa distinção. Essa assertiva foi bastante ressaltada principalmente entre as prostitutas casadas. Tal dissociação apresenta-se como um dos fatores que reforçam a marginalização das prostitutas, já que essa prática vai contra todos os padrões estabelecidos para a sexualidade feminina.

O movimento feminista vem, na sua trajetória no âmbito da sexualidade, denunciando sistematicamente a supremacia masculina em detrimento da feminina, explicitamente a necessidade de implodir a base que a sustenta, que é a separação da maternidade e da sexualidade, defendendo o direito primordial das mulheres expressarem livremente seu desejo sexual.

Entretanto, o pensamento feminista depara-se com diferenças expressivas no que concerne às significações concedidas à sexualidade. Enquanto algumas feministas, já no inicio das discussões sufragistas, compreendiam a sexualidade como o componente utilizado para objetificar as mulheres, não as possibilitando ascender como sujeito de direito, outras compreendiam a sexualidade como um campo de possibilidades para a liberação das mulheres do domínio masculino.

Para Piscitteli citando Chapkins,

essas diferenças, atualizadas no marco da segunda onda do feminismo, essas diferenças teriam tido o efeito da criação de dois campos dicotômicos descritos, de maneira simplista, um como hostil ao sexo, que era percebido

¹¹ Utilizamos nomes fictícios de personagens da teledramaturgia brasileira que atuaram em papéis de prostitutas.

como fonte de opressão feminina em uma ordem patriarcal e outro que defendia o sexo como fonte de prazer e poder nas vidas das mulheres (2005, p.13).

Nesse sentido, segundo a autora, os debates acerca dos significados e função do sexo foram ficando mais complexos, de modo que nesse âmbito, a prostituição e a pornografia agem como uma ruptura entre essas discussões. Com isso, a prostituta ficou, por um lado como a oprimida sexualmente pelo homem, e por outro, como uma espécie de agente subversiva no interior da ordem social sexista. Assim, instaurou-se no interior dos movimentos feministas uma disputa de perspectivas políticas acerca da prostituição, sendo que duas dessas perspectivas merecem destaque.

A primeira diz respeito à visão abolicionista, por parte de algumas feministas que vêem a prostituição como uma violência e uma negação dos direitos humanos das mulheres, atribuindo-lhes a condição de vítimas, dadas às condições de desigualdade e exploração a que são submetidas. Elas são levadas à prostituição sem escolhas, vivendo para servir aos homens e legitimando, desta forma, a ordem sexista e patriarcal na qual a subordinação da mulher ao homem fica evidenciada, no que concerne a dispor de seu corpo para satisfazer os desejos de quem possa pagar, reforçando a idéia da mulher como propriedade do homem.

A segunda perspectiva parte das feministas que consideram a vinculação das mulheres com o sexo a fonte de maior poder, e vêem na prostituição “um símbolo da autonomia sexual, e como tal, uma ameaça ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres” (PISCITELLI, 2005, p.14).

As prostitutas lidam cotidianamente com aspectos simbólicos corporais na prática prostitucional, empregados para estabelecer limites nas relações com suas parcerias afetivas e comerciais através do corpo, ou seja, utilizam distintas maneiras para separar a sua vida na prostituição e fora dela. Esses limites se apresentam na forma de negação de algumas práticas sexuais. “Essa “postura de reserva da prostituta” é realizada na prática evitando o orgasmo, sentindo nojo, não beijando na boca, e não dormindo com o cliente” (GASPAR, 1984, p.112).

As prostitutas diferenciavam as práticas sexuais com os clientes e com os não-clientes, as quais são agenciadas pelo corpo. Ou seja, no corpo está colocado aquilo que a prostituta permite ou não durante as relações sexuais com seus clientes. Dessa forma, na maioria das vezes, as práticas entendidas por elas como práticas afetivas são sinônimo de “quebra de contrato” com os homens (FREITAS *apud* PASINI, 2000, p.186).

Na fala das entrevistadas, a assertiva da dissociação entre prazer e “profissão”, reafirma a idéia defendida por nós de que só os clientes sentem prazer nas relações sexuais. Algumas falas demonstram certa resignação com aspectos voltados à sexualidade. Aparentemente, as relações prostitucionais vivenciadas no cotidiano têm uma influência negativa para a vida afetiva das prostitutas.

Prazer, a gente não sente, eu deixei a profissão há muito tempo, hoje eu mostro para elas alguns homens que eu já fiquei, fiz boquete (*sexo oral*) e tudo, elas não acreditam, como é que agente sente prazer com uns homens véri desses imundos, alguns deles chega sujo, suado, fedendo, as vezes eu não ia, mas quando a coisa aperta você se sujeita a tudo minha filha (Zenilda de Hollanda).

Os questionamentos acerca dos envolvimentos afetivos fora da profissão eram permeados por respostas evasivas ou de negação. O sexo para algumas, principalmente as que já estão há muito tempo na “profissão”, é tratado com certo desprezo. Sempre que indagadas sobre seus desejos de relacionamentos afetivos, estes eram associados à segurança material, proteção e ao *status* de serem casadas, em que a referência era a de homens mais velhos.

Percebemos que a aspiração de casamento com clientes permeava o imaginário de muitas prostitutas como uma possibilidade real de abandonar tal prática e dedicar-se à família, no entanto, essa possibilidade apresentava-se cada vez mais distante de seu universo, uma vez que, segundo elas, a procura dos homens pelas relações prostitucionais se apresentava como uma forma de não manterem vínculos afetivos que pudessem prendê-los a relacionamentos estáveis.

Considerações Finais

A prostituição feminina se constitui como uma das formas que legitima o sistema capitalista-patriarcal, envolvendo muitas mulheres em diferentes realidades, culturas, valores, condições socioeconômicas. Compreendê-la, portanto, no contexto dessas especificidades, requer uma análise profunda para desmistificar os vários estereótipos que permeiam tal problemática.

Tal prática serve ao homem como expressão de virilidade, ou seja, os homens se utilizam dos corpos femininos como forma de subjugá-los, colocando-as, numa posição de submissão.

Sexualidade e prostituição tem se configurado em uma arena de interação e conflitos que sistematicamente, envolve aspectos como amor, desejo, prazer, negação, que perpassam a prática prostitucional.

No debate que permeia a compreensão da prática prostitucional no interior dos movimentos feministas, a perspectiva que defende o direito ao corpo e a autodeterminação da sexualidade das prostitutas exige uma reflexão mais ampla acerca da complexidade presente nesse debate.

Destarte, a nosso ver, a vivência plena da sexualidade não passa necessariamente pela experiência da prostituição, em que só há o direito unilateral ao uso sexual do corpo por parte do cliente. Acreditamos que a autonomia das mulheres se pauta em relações igualitárias, em que sejam assegurados os desejos afetivo-sexuais como uma escolha, e não como um negócio, no qual as mulheres precisam utilizar-se como meio de sobrevivência dissociado de qualquer compreensão de subversão e/ou superação da ordem capitalista-patriarcal. Neste sentido, a prostituição não passa necessariamente por uma ação política deliberada de domínio sobre sua sexualidade.

É importante destacar que esse discurso de direito ao corpo foi incorporado pela “indústria do sexo”, e utilizado como estratégia para justificar a prostituição. Vale ressaltar que grande parte dos movimentos organizados de prostitutas¹², tem sistematicamente incorporado esse discurso mercadológico e vê nesse tipo de negócio grandes possibilidades de lucratividade, explorando o sexo para fins de acumulação.

A dissociação entre sexo e prazer representa uma forma de violência psicológica, no anseio de separar mentes e corpos. Para lidar com as adversidades da prática prostitucional, muitas se destituem de sentimentos e emoções, que comprometem as relações afetivas fora da prostituição, trazendo, portanto, implicações nas dimensões subjetivas da sexualidade.

É importante compreender que essas mulheres não são prostitutas o tempo todo, elas assumem vários outros papéis na sociedade, são mães, esposas, filhas, amantes, etc. No entanto, esses papéis são desconsiderados, sobrepondo a valoração de prostituta em detrimento das demais dimensões da sociabilidade.

¹² No Brasil, a primeira organização de prostitutas foi criada em 1979, na cidade de São Paulo, num reduto de prostituição conhecido como “*boca do lixo*”. As prostitutas e travestis saíram às ruas denunciando as arbitrariedades da polícia que usava de atos violentos e até assassinatos sem que o Estado interferisse para punir os responsáveis. Em 1987 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro. Atualmente nosso país conta com cerca de vinte e cinco associações de “profissionais do sexo”.

Referências

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FARIA, Nalu. Sexualidade e gênero, Cadernos Sempreviva Organização feminista - **SOF**: São Paulo, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. (trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.ª Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa**. Prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. (trad. Magda Lopes). São Paulo: Editora UNESP, 1993.

MESQUITA, Marylucia; RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social**. In: Revista Presença Ética. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Ano I, nº 1, Recife: Unipress, 2001.

PASINI, Elisiane. Limites corporais na prostituição feminina. São Paulo In: **Cadernos Pagu**: Unicamp, 2000.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. São Paulo In: **Cadernos Pagu**: Unicamp, 2005.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **O poder em Foucault e sua contribuição para os estudos de gênero**. In: O poder em debate. Recife: Unipress, 2002.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Gênero e patriarcado**. São Paulo, 2001.(mimeografado)

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1991.

SWAIN, Tânia Navarro. **Dossiê as múltiplas faces da violência**, banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. Montes Claros, v.6, n.2, jul./dez., 2004.

TELES, Maria Amélia e MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. Coleção Primeiros Passos. nº 314. São Paulo: Brasiliense, 2002.

THERBORN, Goran. **Sexo e Poder**: a família no mundo 1900-2000. (trad. Elisabete Dória) São Paulo: Editora Contexto, 2006.